

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em fornecer e gerenciar Vale Alimentação, por meio de cartão eletrônico (cartão magnético com chip) e respectivas recargas de crédito mensais, para atender a necessidade da Subsecretaria de Vigilância em Saúde aos pacientes em tratamentos com tuberculoses, no período de 12 (doze) meses;

1.2. Requisitos: Subsecretaria de Vigilância em Saúde;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via registro de preço, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses;

1.5. Tipo: Menor preço por item.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	TOTAL
01	14109	Contratação de empresa especializada em fornecer e gerenciar Vale Alimentação, por meio de cartão magnético e/ou cartão eletrônico, com tecnologia de chip e respectivas recargas de crédito mensais, para atender a necessidade da Subsecretaria de Vigilância em Saúde aos pacientes em tratamentos com tuberculoses.	Unid.	01

2.2. A tabela a seguir demonstra detalhadamente a qual benefício, da quantidade estimada da contratação, do valor de cada benefício, do período, e do valor total estimado:

Benefício	Quantidade Média estabelecida pela Secretaria de Estado em Saúde	Valor de cada Benefício	Meses	Total Anual Estimado
Alimentação	Até 60 Cartões (mês)	R\$ 250,00 (por paciente em tratamento)	12	R\$ 180.000,00



2.3. O quantitativo de cartões constantes do quadro acima, até 60 cartões (mês), é a **Quantidade Média estabelecida pela Secretaria de Estado em Saúde**, conforme informado pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde, à fl. 45.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. A presente contratação visa atender a Subsecretaria de Vigilância em saúde, através da Resolução SES nº 2580 de 23 de dezembro de 2021, que versa sobre a implantação de ações de proteção sociais voltadas as pessoas com Tuberculose, através de benefício relativo à alimentação. Foi indicado a opção por meio de cartão magnético e/ou cartão eletrônico, com tecnologia de chip, com o intuito de facilitar a prestação de contas quanto a garantia do valor estipulado de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por pacientes em tratamento. Facilitar também a aquisição de itens que atendam a necessidade nutricional de diferentes faixas etárias, visto que os pacientes são de faixas etárias bem distintas. Evitar a perda de alimentos por falta de condição adequada de armazenamento das cestas básicas na unidade de saúde, dificuldade de retirada de cestas pelos pacientes, uma vez que o programa de tuberculose, localizado na Policlínica Dr. Sylvio Henrique Braune, atende toda a cidade e organização e distribuição do benefício devem ser articuladas pelas secretarias municipais, sob orientação e supervisão da Coordenação Municipal do Programa de Controle da Tuberculose, e além disso, cada usuário deverá, ao receber este benefício, assinar comprovante de recebimento, que deverá ficar arquivado no município, para posterior conferência;

3.3. Ressalta-se que, foi escolhido a realização do certame com pregão eletrônico, via registro de preço, considerando a média estimada de pacientes em tratamento registrada pela Secretaria de Estado de Saúde, conforme acostado pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde, à fl. 45.

4. FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1. A primeira emissão dos cartões será feita de acordo com o cadastro inicial de beneficiários apresentado pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir do envio deste cadastro;

4.2. A inclusão de novos beneficiários poderá ser efetuada a qualquer tempo pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde, diretamente a CONTRATADA, ou juntamente com o arquivo de pedidos mensal, devendo, em qualquer caso, as informações serem carregadas para a base de dados da CONTRATADA, de forma automática e permanecendo à disposição da Subsecretaria de Vigilância em Saúde para consultas e/ou alterações;

4.3. Os dados cadastrais iniciais dos beneficiários são: nome, CPF, data de nascimento, valor de carga, bem como quaisquer informações necessárias para a emissão dos cartões, serão carregadas para o sistema informatizado da CONTRATADA, sem interferência da



Subsecretaria de Vigilância em Saúde, sendo a única obrigação desta a de enviar as informações;

4.4. A validade de cada cartão será de no mínimo 01 (um) ano a contar da data de emissão;

4.5. Os créditos serão efetivados de forma on-line nos respectivos cartões, em no máximo 3 (três) dias úteis, conforme pedido realizado pela CONTRATANTE;

4.6. Os cartões eletrônicos (cartão magnético com chip) deverão ser disponibilizados:

4.6.1. Novos e sem uso, mantendo elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude;

4.6.2. Bloqueados em envelope lacrado, com manual básico de utilização e desbloqueio.

5. LOCAL DE ENTREGA

5.1. A Contratada deverá proceder com a entrega dos Cartões Magnéticos com Chip, de acordo com a solicitação da Unidade Requisitante, no endereço e horário arrolados abaixo:

5.1.1. SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Rua Augusto Cardoso, 62, Centro, Nova Friburgo/RJ – De segunda a sexta-feira, nos horários de 09:00h às 16:00h.

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. A primeira emissão dos cartões será feita de acordo com o cadastro inicial de beneficiários apresentado pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do envio deste cadastro;

6.2. A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos nos **subitens 5.1.1**;

6.3. A falta dos Cartões não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.4. Em hipótese alguma serão aceitos Cartões em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados;

6.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

6.5.1. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

6.5.2. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os bens serão recebidos:

8.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

8.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório;

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

9.1.1. Elemento de despesa – **33.90.39.79**;

9.1.2. Fonte de recurso – **013 e 023**;

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Subsecretaria de Vigilância e Saúde – **30001.10.305.0086.2.208**;

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

10. DA REDE CREDENCIADA

10.1. A contratada deverá ter e manter credenciados, ao longo da vigência do contrato, no mínimo, 40 (quarenta) estabelecimentos no município de Nova Friburgo/RJ, garantindo a



aceitação dos cartões Eletrônicos, através do sistema de alimentação convênio (restaurantes, mercados, supermercados, hipermercados e similares);

10.2. A proponente deverá apresentar documento se comprometendo, no ato do certame, a disponibilizar, após adjudicação do resultado, em um prazo de 10 (dez) dias úteis, relação contendo no mínimo 40 (quarenta) estabelecimentos credenciados para o ramo alimentício dentro do município de Nova Friburgo/RJ, como: restaurantes, hipermercados, supermercados, mercados, armazéns, mercearias, açougue, hortifrúteis, peixarias e similares.

10.3. A Relação que trata o item 10.2. deverá ser remetida para o endereço eletrônico: fmsnf.vigilanciaemsaude@gmail.com;

10.4. A Contratada deverá disponibilizar serviços de atendimento ao cliente (SAC) disponível 24 horas, via telefone com discagem direta gratuita, para que qualquer beneficiário possa entrar em contato para tratar de assuntos relacionados a seus créditos, como bloqueio e desbloqueio de cartões e consulta de saldo;

10.5. A Contratada deverá disponibilizar em site e/ou aplicativo, a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados;

10.6. A emissão e reemissão de 2ª (segunda) via dos cartões será **sem custo** para a Subsecretaria de Vigilância em Saúde, bem como para seus beneficiários, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, com a devida transferência do saldo remanescente de benefícios para o novo cartão;

10.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar aplicativo/site, com acesso por meio de senha numérica pessoal para fins de controle de saldo e consulta do histórico de despesas pessoais.

11. DA LIQUIDAÇÃO

11.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

12.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

12.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

12.1.3. FGTS;

12.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

12.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

12.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

12. 2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

12.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

13.2. *As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005);*

13.3. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

13.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Caberá à Contratante:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

14.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

14.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

15.2. Efetuar a entrega dos Cartões em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos **subitens 11.1.1 a 11.1.6;**

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

15.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

15.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

15.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

15.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;



15.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.9. Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.10. A CONTRATADA deverá garantir durante todo contrato em pleno atendimento ao item 10, quanto a todos os itens da manutenção da Rede Credenciada.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

18 – DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93;

18.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Alícia Siqueira Emerich	063.219	Superior Imediato
Ana Paula Conceição Albertini	207.681	Fiscal Titular
Clea Junes Bazilio	201.705	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	062.682	Gestor Substituto

18.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material;

18.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

18.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19. DA LEGISLAÇÃO DE CONCESSÃO AO BENEFÍCIO

19.1. Por lei, segundo a Portaria nº 03, no dia 1º de março de 2002, é proibido a compra de bebida alcoólica por meio do Vale Alimentação. Outros itens também são proibidos, tais como cigarros e produtos de tabacaria, produtos de higiene pessoal e limpeza, cosméticos dentre outros itens (combustíveis, eletrodomésticos, ferramentas e utensílios de cozinha, mesmo vendidos em supermercados), por meio do Vale Alimentação.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93;

20.1.1. Comete infração administrativa:

20.1.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.1.2. Apresentar documentação falsa;

20.1.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.1.5. Não manter a proposta;

20.1.1.6. Cometer fraude fiscal;

20.1.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;



20.3. Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

20.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

20.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

20.5. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

20.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

21. DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

21.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Matrícula 063.036

Nova Friburgo/RJ, 13 de março de 2023.



Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137